



**“E O BRANCO FALOU: TINHA QUE SER COTISTA!”: O RACISMO
SOFRIDO POR UNIVERSITÁRIAS NEGRAS COTISTAS DO CURSO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA DA UNIMONTES**

**“AND THE WHITE PERSON SAID: HE HAD TO BE A QUOTA
MEMBER!”: THE RACISM SUFFERED BY BLACK FEMALE QUOTA
UNIVERSITY STUDENTS IN THE PHYSICAL EDUCATION COURSE**

**"Y EL HOMBRE BLANCO DIJO: TENÍAS QUE SER ALUMNA DE
CUPO!": EL RACISMO SUFRIDO POR LAS ALUMNAS NEGRAS DE
CUPO EN UN CURSO DE EDUCACIÓN FÍSICA**

Thais Priscila de Souza Santos


<https://orcid.org/0009-0003-8849-4761> 


<http://lattes.cnpq.br/1047351098977018> 

Universidade Estadual de Montes Claros (Montes Claros, SP – Brasil)

thaisprisciladesouza@gmail.com

Camila Rabelo Andrade


<https://orcid.org/0009-0002-7063-1599> 


<http://lattes.cnpq.br/5539884598965918> 

Universidade Estadual de Montes Claros (Montes Claros, SP – Brasil)

camila.randrade2211@gmail.com

Carlos Rogério Ladislau


<https://orcid.org/0000-0002-8088-7523> 


<http://lattes.cnpq.br/6750239899620208> 

Universidade Estadual de Montes Claros (Montes Claros, SP – Brasil)

crladislau7@gmail.com

Carla Chagas Ramalho


<https://orcid.org/0000-0002-6263-2498> 


<http://lattes.cnpq.br/3637197719291948> 

Universidade Estadual de Montes Claros (Montes Claros, SP – Brasil)

carla.ramalho@unimontes.br

Fernanda de Souza Cardoso

<https://orcid.org/0000-0002-6384-1021> 

<http://lattes.cnpq.br/3361055563220647> 

Universidade Estadual de Montes Claros (Montes Claros, SP – Brasil)

fernanda.cardoso@unimontes.br

Resumo

O objetivo do estudo foi investigar o racismo sofrido por universitárias negras cotistas do curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes/MG). Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa dos dados. Foram incluídas na pesquisa mulheres cotistas raciais do referido curso, turnos diurno e noturno, da Unimontes/MG, que se encontravam matriculadas do segundo semestre de 2021 ao primeiro semestre de 2023, sendo acadêmicas de períodos diversos. O instrumento utilizado para a coleta foi a entrevista semiestruturada, sendo os dados analisados segundo proposta denominada de “interpretação de sentidos”,



apresentada por Gomes *et al.* (2005). Conclui-se que, na universidade este racismo toma a forma, principalmente, do racismo recreativo e racismo velado. Com relação ao sistema de cotas, nota-se uma visão muito positiva das mulheres negras universitárias, que entendem as cotas como direito e oportunidade para ascensão social.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Universitárias; Racismo; Cotas Raciais.

Abstract

The objective of study was to investigate racism experienced by black female university students enrolled in the Physical Education Degree program at the State University of Montes Claros (Unimontes/MG) under the quota system. This is a descriptive study with a qualitative approach to data. The study included women who were racial quota students in the Physical Education Degree program, at the Unimontes/MG, enrolled from the second semester of 2021 to the first semester of 2023, being students from different periods. The instrument used for data collection was a semi-structured interview, and the data were analyzed according to a proposal called "interpretation of meanings," presented by Gomes *et al.* (2005). It was concluded that, at the university, this racism mainly takes the form of recreational racism and veiled racism. With regard to the quota system, understand quotas as a right and an opportunity for social advancement.

Keywords: Black Women; University Students; Racism; Racial Quotas.

Resumen

El objetivo del estudio fue investigar el racismo sufrido por las universitarias negras beneficiarias de cuotas en curso de Licenciatura en Educación Física de la Universidad Estatal de Montes Claros (Unimontes/MG). Se trata de una investigación descriptiva con un enfoque cualitativo de los datos. Se incluyeron mujeres beneficiarias de cuotas raciales del curso de Licenciatura en Educación Física de la Unimontes/MG, matriculadas desde el segundo semestre de 2021 hasta el primer semestre de 2023, siendo estudiantes de diferentes períodos académicos. El instrumento utilizado para la recopilación fue la entrevista semiestructurada, y los datos se analizaron según la propuesta denominada «interpretación de sentidos», presentada por Gomes *et al.* (2005). Concluye que, en la universidad, este racismo adopta principalmente la forma de racismo recreativo y racismo velado. En relación con el sistema de cuotas, entienden las cuotas como un derecho y una oportunidad para el ascenso social.

Palabras clave: Mujeres Negras; Universitarias; Racismo; Cuotas Raciales.

INTRODUÇÃO

Quando falamos em racismo, é essencial entendermos o significado deste termo. Neste sentido, Almeida (2019) nos diz que o racismo é uma maneira sistematizada de discriminação, que se fundamenta na raça e que se mostra a partir de práticas conscientes ou não, que resultam em prejuízos ou privilégios para sujeitos, a depender do grupo social ao qual fazem parte.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, e esse legado ainda afeta a sociedade, incluindo as universidades públicas, onde há resistência à diversidade e desconforto com negros em posições de poder. As universidades brasileiras fundadas na década de 1930, seguiram um modelo eurocêntrico e excludente, que marginalizou negros(as) e indígenas, consolidando o domínio do conhecimento pela população branca (Teixeira; Marques, 2021). As consequências históricas dessas primeiras universidades continuam sendo sofridas, perpetuando a expectativa de que negros(as) ocupem posições de inferioridade e dificultando sua presença em espaços de poder (Martins *et al.*, 2018).



Na década de 1990, os Movimentos Negros, junto a outros Movimentos Sociais, pressionaram o governo por políticas públicas afirmativas que garantissem o acesso de negros(as) e egressos(as) de escolas públicas ao ensino superior (Valério *et al.*, 2021). A partir da reivindicação dessas políticas foi instituída a Lei de Cotas (Lei nº 12.711), que, segundo Almeida (2022), torna obrigatória a destinação de 50% das vagas aos alunos(as) que concluíram o ensino médio integralmente em escolas públicas; sendo reservadas para estudantes pretos(as), pardos(as), indígenas e pessoas com deficiência, visando o acesso às instituições federais de ensino superior.

O sistema de cotas é uma política afirmativa que visa aumentar a presença de negros(as) no ensino superior, garantindo seu acesso e permanência em espaços predominantemente ocupados pela população branca, em uma sociedade onde o racismo é profundamente enraizado e muitas vezes negado (Munanga, 2001). No entanto, embora essas ações afirmativas tenham incentivado significativamente a entrada de negros(as) nas universidades, ainda há uma disparidade notável entre o número de mulheres negras em comparação a mulheres brancas nestes espaços (Alcântara; Silva Júnior, 2020). Essa desigualdade reflete as dificuldades enfrentadas por mulheres negras tanto no acesso quanto na permanência nessas instituições. Na Unimontes, contexto desta pesquisa, o sistema de reserva de vagas foi instituído em 2004, por meio da Lei Estadual 15.259; “sendo que o início efetivo do sistema ocorreu no processo seletivo 1/2005. Do total de vagas dos cursos de graduação, 45% foram destinadas às categorias: “Afro-descendente carente”, “Egresso de escola pública carente” e “Portador de deficiência e indígena” (Gonçalves; Rodrigues; Ide, 2012, p. 49).

Desde o período colonial, as mulheres e meninas negras no Brasil foram destinadas ao trabalho doméstico e privadas de acesso à educação. Mesmo após a abolição, elas continuaram relegadas a esse trabalho, agora mal remunerado e exigindo apenas formação prática (Henriques, 2017). As marcas desse passado continuam a afetá-las, com a sociedade promovendo ideias falsas de igualdade que ignoram a desigualdade persistente. As mulheres negras ainda enfrentam opressão e marginalização, refletindo as desigualdades herdadas da escravidão (Alcântara; Silva Júnior, 2020).

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo investigar o racismo sofrido por universitárias negras cotistas do curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Pretende-se também analisar a





importância das políticas de ações afirmativas para a população negra, especialmente para o ingresso no ensino superior; apresentar como o racismo afeta as universitárias que ingressaram por meio das cotas raciais e identificar como a universidade atua diante do racismo, na perspectiva das cotistas.

Este trabalho se justifica pela presença generalizada do racismo em todas as classes sociais e ambientes, onde práticas racistas são culturalmente incorporadas e naturalizadas. Ressalta-se que ser mulher e negra intensifica esses desafios, exigindo mudanças profundas e abrangentes, incluindo políticas públicas e ações da sociedade. A escuta e a sensibilização para essas questões são essenciais, especialmente em instituições que têm a responsabilidade social de promover oportunidades, democratizar o conhecimento e incluir aqueles(as) frequentemente invisibilizados(as).

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito ao interesse das referidas autoras desta pesquisa por questões vinculadas às relações étnico-raciais, uma vez que são todas licenciadas em Educação Física e devem, portanto, estar atentas e engajadas na construção de um projeto de educação não excludente, mas democrático e acolhedor. Uma formação inicial precisa apresentar aos(às) futuros(as) professores(as) que educar não é politicamente neutro; precisa propor reflexões e ações que sejam humanizadoras e que respeitem a diversidade, garantindo o entendimento que nem a escola, nem a universidade, pode ser descolada das relações raciais. Neste sentido, destacamos que temas como o tratado aqui, não só amplia nossa consciência diante da realidade que é apresentada a nós nas escolas brasileiras, bem como nos capacita e nos dá disposição para enfrentamentos e atitudes que se fazem necessárias e urgentes nas instituições de ensino. É como já bem disse hooks (2017, p. 23-24): peço “a todos que abram a cabeça e o coração para conhecer o que está além das fronteiras do aceitável, para pensar e repensar, para criar novas visões”, e novas ações.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa dos dados. Foram incluídas na pesquisa mulheres cotistas raciais do curso de Educação Física Licenciatura, turnos diurno e noturno da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes/MG.

Sobre os procedimentos adotados para a coleta de dados destacamos que, primeiramente, foi realizado o contato com a referida instituição de ensino superior, buscando, via Secretaria Geral, a lista das mulheres do curso de Educação Física Licenciatura, que





ingressaram pelo sistema de cotas raciais, e que se encontrassem matriculadas do segundo semestre de 2021 ao primeiro semestre de 2023 (período em que as aulas da graduação já haviam voltado presencialmente, após a fase mais aguda da pandemia). Da lista que tivemos acesso, foram localizadas sete (7) mulheres, sendo três (3) do curso Diurno e quatro (4) do Noturno, de períodos diversos. Ressaltamos que duas acadêmicas se recusaram a participar da entrevista.

Em seguida, formalizamos o convite para participação, como também explicamos os objetivos da pesquisa. Um ponto importante que precisa ser destacado é o fato de que mesmo tendo acesso à lista gerada pela Secretaria Geral da Universidade, tivemos dificuldades em encontrar essas alunas, sendo percebido com o tempo que algumas delas não se encontravam no curso, o que nos deixou alguns questionamentos: quais motivos poderiam ter feito essas mulheres não cursarem a graduação? Por que algumas delas chegaram a se matricular, mas ainda assim não conseguiram levar adiante a graduação em Educação Física? E por que não conseguiram retornar à universidade sequer para trancar suas matrículas? Será que o fato destas mulheres terem entrado pelo sistema de cotas interferiu de alguma forma? Mesmo não sendo estas questões focos da nossa pesquisa, consideramos importantes estes destaques, pois elas estão relacionadas com o nosso objeto de estudo e pontuamos aqui sobre dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras para ingressarem e permanecerem no ensino superior.

Para a coleta de dados foram aplicadas entrevistas semiestruturadas que ocorreram posteriormente ao primeiro contato. A pesquisadora realizou as entrevistas com as acadêmicas que aceitaram participar do estudo, sendo excluídas da amostra as que não aceitaram ou não foram encontradas. O referido instrumento foi aplicado na universidade, presencialmente, a partir da disponibilidade das entrevistadas. Os dados foram analisados segundo proposta denominada de interpretação de sentidos, apresentada por Gomes *et al.* (2005), na obra: "Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais".

Cabe ressaltar que todas as acadêmicas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, sendo sanadas todas as possíveis dúvidas. Destacamos que esse estudo é parte do Projeto de Pesquisa "A participação feminina na Universidade Estadual de Montes Claros" (RESOLUÇÃO CEPEX/UNIMONTES Nº. 226, DE 08 DE dezembro DE 2021), que foi devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Unimontes,



nos termos da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), com o parecer número 5.105.580.

A PROPOSTA DE “INTERPRETAÇÃO DE SENTIDOS”

Pensando em um melhor entendimento por parte do(a) leitor(a) quanto à proposta adotada neste estudo para análise e discussão dos dados coletados, descrevemos neste subitem, de maneira mais detalhada, o caminho traçado para a proposta sugerida por Gomes *et al.* (2005). Tratamos aqui “de um caminho que, necessariamente, não se constitui de etapas excludentes mutuamente e nem sequenciais. Na sua descrição, há que se separar para explicar, mas na prática, as diferentes etapas se interpenetram” (Gomes *et al.*, 2005, p. 205).

São apresentadas pelos autores(as) três etapas nesta proposta de análise que foram cuidadosamente seguidas. Na primeira etapa, inicialmente, ocorreu a leitura compreensiva do material selecionado, neste caso, as transcrições das entrevistas realizadas com as sete (7) alunas cotistas raciais. E esta leitura foi feita antes e depois de elaborarmos as estruturas de análise, onde, por meio desta: “os investigadores visam: impregnar-se pelo conteúdo do material, ter uma visão de conjunto e apreender as particularidades presentes nessa totalidade parcial” (Gomes *et al.*, 2005, p. 205). Nesse passo da análise é preciso sustentar a leitura em conceitos ou referenciais teóricos e contextualizações que orientem o olhar sobre os dados e os materiais (Gomes *et al.*, 2005).

Na segunda etapa, pressupõe-se que as estruturas de análise já tenham sido concluídas. É fundamental ir além das falas e dos fatos descritos. Para isso, devem-se buscar as ideias que estão por trás dos textos. Esta é a etapa da construção de inferências. Neste sentido, situamos o(a) leitor(a) sobre as estruturas de análise por nós elaboradas, a partir das questões do roteiro de entrevista: 1) Eu mulher negra e o racismo; 2) Como o racismo afeta as mulheres negras; 3) Significados de ingressar na universidade pelo sistema de cotas raciais; 4) Eu cotista e as práticas racistas na universidade; 5) Atuação da universidade frente ao racismo. Em seguida, a partir de cada estrutura de análise elaborada, identificamos as ideias que estão implícitas ao texto (Gomes *et al.*, 2005), o que também foi feito pelas pesquisadoras, aparecendo a seguir, nos quadros que se seguem, na análise e discussão dos dados.

Por fim, na terceira etapa, temos o momento que se refere ao ápice da interpretação propriamente dita (Thompson, 1998 *apud* Gomes *et al.*, 2005).



Trabalha-se, então, com sentidos mais amplos que articulam modelos subjacentes às idéias. Realiza-se, na realidade, uma reinterpretação, ou seja, uma interpretação das interpretações. Enquanto os procedimentos de análise (mais próprios da segunda etapa) quebram, dividem, desconstroem, procuram desvelar, a interpretação caminha em um movimento de síntese, por meio da construção criativa de possíveis significados nesta etapa, além de explicar o que está sendo representado ou dito, é preciso dar conta dos conflitos intrínsecos ao próprio processo de interpretação (Thompson, 1998 *apud* Gomes *et al.*, 2005, p. 207).

Para que essa construção de síntese aconteça, é primordial realizar diálogos entre: “a dimensão teórica (os conceitos, os referenciais e os dados empíricos); os textos e seus contextos; as questões, os pressupostos, os objetivos e os dados [...]” (Gomes *et al.*, 2005). Este exercício está devidamente retratado a seguir.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Com base na proposta de “interpretação de sentidos”, sugerida por Gomes *et al.* (2005), foi construído um Roteiro de Entrevista composto por oito (8) questões. Levando em consideração cada pergunta e do que cada uma tratava, foi possível chegarmos a cinco (5) estruturas de análise, sendo elas: Eu mulher negra e o racismo; Como o racismo afeta as mulheres negras; Significado de ingressar na universidade pelo sistema de cotas raciais; Eu cotista e as práticas racistas na universidade; e A atuação da universidade frente ao racismo.

Cabe ressaltar que para respeitar o anonimato das participantes, cada acadêmica ganhou um nome fictício, escolhido pelas pesquisadoras, levando em consideração mulheres negras que foram/são importantes em nosso país e que se posicionaram/posicionam a partir de uma referencial de luta e de ativismo negro, promovendo reflexões e ações necessárias; e também nos chamando à responsabilidade, rumo às mudanças que, de fato, desloquem o povo negro do lugar de invisibilidade e objetificação.

As mulheres escolhidas para denominar cada uma das participantes foram: Entrevistada 1: Dandara; Entrevistada 2: Maria Felipa; Entrevistada 3: Carolina Maria de Jesus; Entrevistada 4: Carla Akotirene; Entrevistada 5: Nilma Lino; Entrevistada 6: Conceição Evaristo; e Entrevistada 7: Bárbara Carine.

**Quadro 1** – Estrutura de análise 1: *Eu mulher negra e o racismo*

Ideias	Depoimentos
Racismo como ofensa pela cor da pele	(1,7)
Racismo é discriminar pela cor da pele	(4,2,6)
Racismo é o que estrutura a sociedade	(3)
Racismo além da cor	(5)

Fonte: construção dos autores.

O termo racismo possui várias definições, isso porque as faces e estratégias do racismo são diversificadas. Sendo assim, podem surgir maneiras diferenciadas de se referir ao racismo, como relatado pelas próprias entrevistadas ao serem questionadas sobre o que entendem por racismo: *“racismo é uma forma da pessoa discriminar a outra pessoa pela cor dela”* (Maria Felipa) ou: *“o racismo é qualquer forma de ofensa”* (Bárbara Carine). Estas definições trazem em si a ideia de um racismo atitudinal que segundo Gomes (2005, p. 52), “é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação à pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc”.

O racismo estrutural destacado na fala de uma das acadêmicas não poderia ser uma surpresa, visto que, no Brasil o escravismo colonial teve duração e riqueza maiores do que em qualquer outro lugar: *“não adianta falar que não é racista, você reproduz comportamentos racistas devido ao nosso histórico”* (Carolina Maria de Jesus). A estrutura é intrínseca ao inconsciente, ele está na essência da sociedade e, por isso, é conveniente sustentar, reproduzir e reinventar desigualdades e privilégios, como mecanismo colocado para manutenção do status-quo (Bersani, 2017). Portanto, há que se buscar toda forma de manutenção das coisas exatamente da forma como estão: a branquitude “por cima” e a negritude “por baixo”, a ponto, até mesmo, de muitos(as) de nós acreditarem que as coisas são assim, “naturalmente” como estão colocadas na sociedade.

Para Evaristo (2009, p. 18) foi “o corpo negro, durante séculos, violado em sua integridade física, interditado em seu espaço individual e coletivo pelo sistema escravocrata do passado e, ainda hoje, pelos modos de relações raciais que vigoram em nossa sociedade”.

Nas falas das entrevistadas todas relataram sofrer com xingamentos e humilhações na vida, como: *“ah aquele filhote de Exú”*; *“macumbeira”*, *“macaca”*. O racismo assume, cada vez mais, várias facetas, vai (re)elaborando suas estratégias. Vemos revelado que, mesmo com a Lei nº 7.716 que dispõe a punição de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de



raça, incluindo a injúria racial (Brasil, 1989), o racismo explícito tem reverberado na nossa sociedade.

Os traços negroides, o cabelo crespo, a pele negra e outros traços são ligados ao feio e ao sujo, constantemente depreciados nas práticas racistas como nos relatos trazidos aqui: *“preto é feio”*; *“o seu tá feio”*; ou se referir ao cabelo crespo e cacheado como *“cabelo duro”*. A estética negra sempre recebeu ataques racistas e tais práticas podem ser prejudiciais para a saúde emocional de muitas mulheres negras, que são afetadas da infância à fase adulta, revertendo-se na luta destas, para existir com seu pertencimento racial. “Em geral, no Brasil, ter cabelo natural crespo é ser alvo de comentários pejorativos, propagandas e piadas racistas” (Queiroz, 2019, p. 214).

A entrevistada Nilma Lino destacou em sua fala: *“quando eu uso trança ou o cabelo cacheado, as pessoas criticam”*.

Fazer e usar tranças não são nenhuma novidade nos espaços de sociabilidade negros. A trança é sempre um recurso estético, podendo conter vários sentidos desde esconder, camuflar e expressar identidade através dos cabelos. Seus significados podem ser muitos, mas o seu uso é histórico. Mesmo passando por tantas formas de opressões, os grupos descendentes de africanos não abandonaram ou as esqueceram como recurso estético, sempre nos foi possível encontrar pessoas negras de cabelos trançados (Santos, 2013, p. 35).

Desta forma, mesmo podendo ser atingidas e depreciadas ao usar suas tranças, destacamos também a perspectiva que argumenta que: *“as mulheres negras passaram a fazer uso dos cabelos trançados para valorizar sua autoestima, sentindo-se mais negona”*; e trançar os cabelos também possibilita a não intervenção com produtos químicos, o que garantiu uma saída para muitas mulheres que têm o seu cabelo estragado com o uso destes produtos (Coutinho, 2011, p. 6).

Quadro 2 – Estrutura de análise 2: *Como o racismo afeta as mulheres negras*

Ideias	Depoimentos
Gostar de ser negra apesar das dificuldades	(1)
Ser julgada por ser negra	(2)
É doloroso sofrer racismo	(3,5,6)
A sociedade desampara os(as) negros(as)	(4)
O racismo destrói nossa autoestima	(7)

Fonte: construção dos autores.

Quando a entrevistada Dandara afirma gostar de ser negra, ela aceita sua identidade racial, no entanto, em um país como o Brasil, ser negra é doloroso e árduo, uma





vez que, existem poucos modelos “bons” e de “sucesso” de identidades negras, e não existe respeito à diversidade étnica (Oliveira, 2004).

Existem muitos julgamentos em torno do(a) negro(a) como dito por Maria Felipa: *“as pessoas te olham de uma maneira diferente”*, e isso acontece porque ser negro(a) é, habitualmente, ser objeto de um olhar enviesado, no qual a dita boa sociedade estabelece um lugar, na parte de baixo, para os(as) negros(as) e tranquilamente se acomoda com isso, tanto manter-se na base da pirâmide social é um inconveniente quanto “mudar de vida” (Santos, 2002).

Em relação à mulher negra, Gonzalez (1984) traz em seu pensamento três estereótipos: o da mulata que se mostra através do carnaval e coloca a mulher negra como fruto do desejo dos homens brancos; o da doméstica, servidora desde a época da escravidão e o da mãe preta, vista como uma figura de resistência, de incitação à cultura negra. Tomando esses estereótipos como base, percebe-se que a mulher negra como intelectual e como detentora de conhecimentos não é reconhecida, quando uma das entrevistadas diz: *“quando eu consegui um estágio foi no oitavo período [...]. Eu sinto esse desamparo mesmo”*. Assim, vemos reforçado que há maior dificuldade da mulher negra de se colocar em outras formas de trabalho que não sejam as impostas socialmente.

Nesta estrutura de análise destacamos também a autoestima da mulher negra, não sendo possível dizer que o racismo não irá afetar diretamente seu amor próprio, uma vez que, segundo Franceschi e Santos (2022, p. 83) *“os padrões estéticos definem o que é e o que não é belo, delimitando, desse modo, grupos que são aceitos e grupos que são excluídos de acordo com essas normativas”*.

Quando a entrevistada Bárbara Carine traz em seu relato frases como: *“é uma questão tão forte que eu mesma me saboto; a gente muitas vezes leva como se realmente estivesse errada por ser assim; eu via que eu não era o padrão de menina [...], parece que eu nunca vou ser o padrão que vai ser desejado”*. Fica nítido, portanto, o quanto “nossa visão de nós mesmas começa a ser distorcida e influenciada de forma extremamente negativa e agressiva” (Berth, 2019, p. 113), e isso afeta significativamente a mulher negra, em várias dimensões de sua existência.

O relato da acadêmica Bárbara Carine mostra o quanto a mulher negra tem poucas condições de resgatar sua autoestima, de se colocar diante do mundo. Para isso destaca-se a importância do empoderamento, mas não a ideia esvaziada e até distorcida comumente aceita



pelo senso comum, e sim o empoderamento como Zimmerman e Perkins (2012) *apud* Berth (2019) apontam, sugerindo que a teoria do empoderamento irá unir o bem-estar individual ao meio político e social amplo, com a junção da saúde mental à ajuda mútua e luta para formar uma resposta comunitária.

Quadro 3 – Estrutura de análise 3: *Significado de ingressar na universidade pelo sistema de cotas raciais*

Ideias	Depoimentos
Tudo para o(a) negro(a) é mais difícil	(1)
Entrar por cota não te inferioriza	(2)
Enegrecer a universidade	(3)
Cotas como direito	(4,5)
Cotas e a questão identitária	(6)
Cotas como meio de ascensão social	(7)

Fonte: construção dos autores.

Tudo para o(a) negro(a) é mais difícil, quando Dandara diz: *“a gente já sabe o tanto de coisa que é mais difícil [...], eu tô na faculdade, mas não quer dizer que quando eu sair daqui eu vou ter facilidade para arrumar um emprego”*. Ela nos leva a pensar sobre a questão das oportunidades no mercado de trabalho para os(as) negros(as), sendo que o preconceito naturaliza o quadro de aversão no mercado de trabalho, de oportunidades e de rendimentos entre negros(as) e brancos(as) e a carência de afrodescendentes em empregos de liderança e valorizados, não são vistos como algo fora do normal, são naturalizados (Theodoro, 2022).

A acadêmica Carolina Maria de Jesus destacou em sua fala: *“Cota não é esmola!”*, argumentando que muitas pessoas consideram que a entrada na universidade por cota é ter sua capacidade diminuída, é assumir um lugar de inferioridade. No entanto, como ressalta Pinheiro (2023, p. 140): *“a cota é um importante mecanismo de equidade social [...] Cotas são mecanismos políticos de reparação histórica, não são esmolos”*.

A Lei 12.711/2012, comumente chamada de lei de cotas, segundo a cotista Carolina Maria de Jesus: *“significa colocar mais pessoas pretas dentro da universidade”*. De modo geral, esta é a principal inspiração para sua criação, a promoção de uma igualdade material, procura-se trazer os(as) negros(as) que estariam em uma situação de inferioridade no processo de seleção para o ingresso em universidades públicas, para um patamar igual a aqueles considerados brancos (Meira, 2011).



Referenciando o estudo de Godoi e Santos (2021) que avalia os efeitos e propostas da renovação da lei de cotas, há sim comprovação de que após a implementação da lei a presença de negros(as) aumentou muito se comparado ao período anterior às cotas, porém ainda é manifesto o abismo social que separa brancos(as) e negros(as) em termos de níveis educacionais e acesso ao ensino superior: entre os(as) brancos de 18 a 24 anos que estudam, quase 80% estão matriculados no ensino superior, enquanto os(as) negros(as) na mesma faixa etária são apenas 55,6% (IBGE, 2019, p. 8, *apud* Godoi; Santos 2021). Portanto, quando a entrevistada Carolina Maria de Jesus diz: *"a galera preta tem que dominar"*, destacamos que embora, a população negra no Brasil, esteja acima dos 50%, não há domínio deste grupo nos espaços de poder. Em geral, ocupamos as estatísticas mais tristes e desfavoráveis, os lugares periféricos e de subalternidade.

A entrevistada Carla Akotirene considera que as cotas *"são um direito"*, já a Nilma Lino reforça a importância das cotas quando diz: *"achei importante [...], por eu ser negra e por ter esse sistema"*. Ao se pensar o sistema de cotas como um direito, é fácil relembrar o passado da história do(a) negro(a) no Brasil. Nesse retrato, as cotas são uma reparação por todo o sofrimento vivido e toda desigualdade criada e ainda perpetuada. Assim *"cotas raciais são políticas de ações afirmativas. E ações afirmativas são políticas sociais voltadas para a reparação histórica de grupos socialmente destituídos de direitos em razão de suas características coletivas"* (Pinheiro, 2023, p. 133).

Referenciando a autora Gonzalez (2022), que traz dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1976, a população negra está sujeita a um ciclo cumulativo de desvantagens que causam uma estrutura de oportunidades desigual e mais desfavorável se comparado à população branca. No século passado essa discussão já era feita e muitas questões apontadas ainda permanecem, mesmo que tenhamos chegado a um *"novo"* século.

Segundo a entrevistada Carla Akotirene, o sistema de cotas é uma oportunidade de *"garantir um futuro melhor"*, tal afirmação traz à tona, a percepção muito comum da educação como meio de *"mudar de vida"*, e que precisa ser reforçada, isso porque, uma organização social racista também atrapalha a motivação e o nível de aspiração do(a) negro(a), uma vez que, causa uma internalização para a população negra de uma autoimagem negativa (Gonzalez, 2022).

O processo seletivo pelo sistema de reserva de vagas parte da premissa de que o(a) candidato(a) se considera negro(a), isso porque, ele deverá se autodeclarar negro(a) no



processo de inscrição. O processo de aprovação do(a) candidato à reserva de vagas raciais na referida universidade se dá por meio dos documentos comprobatórios da situação socioeconômica, com uma declaração assinada confirmando se considerar negro(a) juntamente com uma entrevista frente à avaliadores(as) selecionados(as), onde serão perguntadas as características afrodescendentes do(a) candidato(a). Esse processo segundo a acadêmica Conceição Evaristo foi *"tranquilo"*, porque ela já havia participado de cotas anteriormente, mas na universidade ela teve que vir e falar que se *"via como negra"*. Portanto, há uma perspectiva identitária (fenotípica) nas cotas raciais, no reconhecimento destes sujeitos nas comissões de heteroidentificação; cabendo ressaltar que estas comissões surgem no contexto de várias denúncias de sujeitos que burlavam o sistema de cotas.

Quadro 4 – Estrutura de análise 4: *Eu cotista e as práticas racistas na universidade*

Ideias	Depoimentos
O racismo recreativo como estratégia	(1,3,5,7)
O racismo velado	(4)
Negro(a) não pode errar	(6)
Ataque a "fragilidade" por ser cotista	(7)

Fonte: construção dos autores.

O racismo velado no Brasil é muito comum, se manifesta de forma já implícita por olhares e mensagens subjetivas, como dito por Carla Akotirene: *"eles tentam fazer comentários disfarçados"*. E a entrevistada cita o fato de alguns colegas da turma criticarem a escola em que ela estudou: *"onde [Carla] arrumou essa escola desses meninos estranhos? [...] me ofendeu, não tinha motivo. Era justamente pela maioria serem negros e com cabelos afro"*. Mesmo sendo crime, tal forma de racismo escapa das represálias da lei, isso porque, é difícil a comprovação da intenção do ator. Importante salientar que, *"a dor que o ser humano sofre com relação a esse tipo de racismo é a mesma dor de um racismo feito de forma escancarada"* (Silva et al., 2021, p. 838), sendo assim, é necessário que a sociedade não se omita em nenhum dos casos.

Como outras entrevistadas Carolina Maria de Jesus evidencia práticas de racismo recreativo na universidade: *"essa questão do racismo recreativo sabe? Se tem uma coisa que eu tô vendo muito é gente branca começar a brincar assim: 'ah você tá fazendo isso comigo só, porque eu sou preto? Já vi também [...] assim: o branco falou: 'tinha que ser cotista!'"*. O humor racista é considerado uma das manifestações do racismo recreativo, ele *"é uma das formas que pessoas brancas utilizam para referendar o sistema de opressão que as beneficiam, mas elas*



sempre argumentam que ele é algo benigno” (Moreira, 2019, p. 54). Com isso, o racismo facilmente passa despercebido, como forma de brincadeira, como afirma Dandara ao falar: *“tá brincando, mas não é bem uma brincadeira, porque tem um fundo de verdade”*.

Assim, entendemos que “piadas racistas são um tipo de mensagem e como tal elas imprimem uma pluralidade de sentidos” (Moreira, 2019, p. 58). Sendo assim, o humor racista é uma forma dos brancos resguardarem seus privilégios, ao mesmo tempo em que causam danos morais ao(a) negro(a), visto que, atinge a sua esperança de serem respeitados(as) (Moreira, 2019).

Nos relatos das entrevistadas ficou ressaltado que nos últimos anos alguns/algumas colegas brancos(as) da universidade usam frases e fazem pronunciamentos no sentido de dizer que a pessoa negra se faz de vítima, usa de sua “posição de negro(a)” para obter vantagem. Reflitamos: qual vantagem há em ser negro(a) nesse país?

No relato da Barbara Carine, ela ressalta que contou para seus colegas que era cotista em um momento de discussão, onde defendeu o sistema de cotas, segundo ela *“quando as pessoas veem nossa fragilidade, elas vão nos atacar naquela fragilidade”*. Segundo Ribeiro et al. (2014), muitas vezes os(as) alunos(as) cotistas são considerados(as) menos capazes e menos prontos(as) para o mercado de trabalho, isso pode atrapalhar o acesso às oportunidades, até mesmo dentro da universidade, uma vez que, em muitas ocasiões, se sentem excluídos.

Neste sentido, fica evidente o porquê de muitas vezes os(as) acadêmicas(os) esconderem que são cotistas. Tal situação também foi relatada por Bárbara Carine: *“um dos colegas era cotista e tinha escondido que entrou por cotas. A maldade das pessoas é tão grande que eles foram lá atrás da lista, [...]. Isso incomoda!”*. Tal situação demonstra o quanto as pessoas não aceitam o(a) negro(a) cotista na universidade, sua simples existência no espaço causa incômodos e conflitos. Sendo assim, sua insistência e permanência, torna-se símbolo de resistência e de uma busca diária por uma transformação social.

Quadro 5 – Estrutura de análise 5: Atuação da universidade frente ao racismo

Ideias	Depoimentos
Atuação superficial da universidade frente ao racismo	(1, 3, 7)
Falta de atuação da universidade contra o racismo	(5,6)
Professor negligente quanto às questões raciais	(4)
Os professores no combate ao racismo	(2)

Fonte: construção dos autores.





Quanto à atuação da universidade frente ao racismo, Carolina Maria de Jesus diz *"que a universidade atua de forma muito superficial"*, bem como Conceição Evaristo ao ressaltar: *"acho que a Unimontes não atua, não sei falar nenhuma ação pra poder ajudar nessa questão"* e Dandara concorda que a Unimontes nada faz contra o racismo. Frente aos relatos percebemos que a grande maioria das entrevistadas destaca que a universidade não atua no combate ao racismo ou esse combate se dá de forma muito rasa. Para discutir esta importância é válido salientar que o racismo no Brasil foi determinado por um preconceito fenotípico e uma ideologia de *"convivência tranquila entre as raças"*, esses preceitos foram baseados em conhecimentos acadêmicos e por uma falsa ideia de democracia racial (Albernaz; Carvalho, 2022). Como toda sociedade, o meio acadêmico, principalmente por se tratar de uma instituição de ensino, é mais um espaço que está em dívida com a população negra e não deve se abster na luta contra o racismo. Afinal, o que temos ensinado aos nossos e nossas? Que tipo de pessoa a universidade tem preparado para se inserir socialmente? O(a) estudante(a) é capaz de melhorar a si mesmo (profissionalmente e humanamente); de entender criticamente o seu entorno?

Em contraponto, uma acadêmica ressalta a importância do(a) professor(a) universitário(a) se posicionar contra o racismo. Segundo Maria Felipa, *"os professores, geralmente, conversam com a gente, falam sobre como é importante você ter esse empoderamento"*. Tratar de questões sobre empoderamento é importante também, mas não é só isso, trata-se de abordar outras questões, falar sobre cotas, sobre as desigualdades e também sobre práticas racistas na atualidade, é ter uma atitude antirracista. Como afirma Pinheiro (2023, p. 145): *"o educador, a educadora antirracista é, acima de tudo, uma pessoa consciente de si dentro dos sistemas de opressão que estruturam a nossa sociedade"*.

A entrevistada Carla Akotirene traz um relato preocupante: *"alguns colegas meus fizeram uma palestra com relação ao racismo e afrodescendência e um dos professores criticou perguntando o que que tinha haver isso com a Educação Física"*. Portanto, é importante destacar que as mudanças advindas de uma tomada de posição de docentes sobre a questão racial e a luta contra o racismo, devem ser emergentes nos dias atuais, dado o crescente número de estudantes e professores(as) orientados(as) pelo fundamentalismo religioso e conservadorismo político (Gomes, 2021).

Como síntese de nossa análise e discussão ressaltamos os principais achados: as cotistas destacam o quanto o racismo é doloroso e abala a autoestima da mulher negra. O





sistema de cotas é compreendido pelas mulheres negras como um direito, deve ser garantido e usufruído. Além disso, abre para novas perspectivas de vida e oportuniza enegrecer a universidade. Ficou evidente que o racismo recreativo está intensamente presente no contexto acadêmico; muitas vezes as cotistas são consideradas menos capazes e sua presença causa incômodo. Em geral, as entrevistadas ressaltaram omissões e falhas da instituição no enfrentamento ao racismo e ainda são poucos(as) professores(as) no curso de Educação Física que se posicionam frente a essas práticas.

Consideramos pertinente ainda, destacar os questionamentos gerados e apresentados anteriormente, no tópico de Metodologia, que se referiam às dificuldades em encontrar as alunas cotistas para possível participação na pesquisa, sendo identificado que algumas não se encontravam no curso. As referidas questões levantadas se vinculam a não presença destas mulheres na universidade, no curso de Educação Física, e podem ser consideradas como limitações deste estudo, sendo, portanto, indicativos para investigações futuras que possam responder ao fato destas mulheres negras não conseguirem cursar uma graduação, mesmo havendo ações afirmativas na referida instituição desde 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa, constatamos que o racismo acompanha as universitárias negras cotistas durante toda vida, seja ele explícito ou velado. Em especial na universidade, notamos que este racismo toma a forma principalmente do racismo recreativo, onde os(as) racistas utilizam o humor para proferir suas ofensas e inferiorizar os(as) negros(as). Além disso, vale destacar o racismo velado em que olhares e comentários disfarçados são utilizados, mas observamos também ataques mais diretos.

Quanto à importância das políticas de ações afirmativas, em especial o sistema de cotas, as entrevistadas não têm problemas em se reconhecerem como cotistas, mesmo que algumas tenham sofrido preconceito de colegas pelo mesmo motivo. Notamos, inclusive, uma visão muito positiva a respeito desta política. As cotistas entendem a referida ação como um direito, uma oportunidade, a porta de entrada para os(as) negros(as) na universidade e ainda uma possibilidade de ascensão social, ocupando espaços antes não possíveis.

O racismo atinge de maneira contundente as mulheres negras, e a partir dos depoimentos, constatamos que as práticas racistas sofridas pelas universitárias trazem um sentimento de dor, sendo doloroso, tanto para elas quanto para os(as) outros(as), com os(as)





quais se identificam. O racismo as atinge na medida em que, ser negra no Brasil significa ter mais dificuldades, ser julgada e ter afetada sua autoestima, uma vez que o padrão estético exigido e aceito não é o da negritude. Dito isso, a pesquisa oportunizou perceber, ainda, a falta de uma atuação mais contundente da universidade no combate ao racismo relatado pelas entrevistadas. Tal percepção também foi analisada quanto aos(as) docentes universitários(as), ficando constatado que a universidade e os(as) professores(as) do curso, quando atuam contra o racismo, o fazem de forma superficial. Sendo assim, é emergente e necessário que a universidade atue de forma incisiva e abrangente, tanto no combate ao racismo quanto em abordar as questões étnico-raciais em seus currículos. Tal obrigação deve se estender aos professores e professoras, aos(as) discentes do curso de Educação Física Licenciatura, que logo assumirão a docência (serão corresponsáveis pela formação de pessoas), e também aos demais cursos da instituição.

É possível ainda ampliar a discussão deste estudo, investigando o assédio sofrido pela mulher negra na universidade ou ainda problematizar o acesso e a permanência dos(as) negros(as) cotistas, visto que as próprias entrevistadas em seus relatos ressaltam outras dificuldades, mesmo com o acesso ao ensino superior. Afinal, tudo para nós é mais difícil, o processo é longo e somente as cotas não serão suficientes para resgatarmos negros e negras desse “não lugar” aonde sempre nos colocaram, mas nós fazemos parte daquela parcela da população negra que já sabe que essa não é a única opção que temos, e este é um caminho sem volta. Continuaremos a resistir e a buscar as mudanças necessárias. Este texto, com tantas vozes negras, também é uma forma de existência e resistência. Como já dizia Jesus (2014, p. 54) em seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”: “mas o povo não deve cansar. Não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Pablo de Castro; CARVALHO, José Jorge de. Encontro de saberes: por uma universidade antirracista e pluriepistêmica. **Horizontes antropológicos**, n. 63, p. 333-358, 2022.

ALCÂNTARA, Monaliza Silva de; SILVA JÚNIOR, Paulo Roberto da. Uma investigação sobre as trajetórias de mulheres negras na universidade pública. **Revista Amazônica**, v. 25, n. 2, p. 127-163, 2020.





ALMEIDA, Marcos Antônio Silva de. **A lei de cotas (Lei nº 12.711/2012) e o ingresso nas universidades públicas como mecanismo de política pública antirracista**. 2022. 91f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BERSANI, Humberto. Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil. **Revista extraprensa**, v. 11, n. 2, p. 175-196, 2017.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF, Casa Civil, 1989.

COUTINHO, C. L. R. A estética e o mercado produtor-consumidor de beleza e cultura. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

FRANCESCHI, Natalyta Cosmo de Souza; SANTOS, Daniel Kerry dos. Efeitos dos padrões estéticos da branquitude e do racismo nas experiências de mulheres negras. **Nova perspectiva sistêmica**, v. 31, n. 72, p. 82-99, 2022.

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. **Revista de informação legislativa**, v. 58, n. 229, p. 11-35, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/0**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de filosofia aurora**, v. 33, n. 59, p. 435-454, 2021.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Revista educação socialista**, v. 42, p. 1-14, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista brasileira de educação**, n. 21, p. 40-51, 2002.





GOMES, Romeu *et al.* Organização, processamento, análise e interpretação dos dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

GONÇALVES, Maria Elizete; RODRIGUES, Luciene; IDE, Maria Helena de Souza. Implantação do sistema de cotas na Unimontes e análise da dependência entre alunos cotistas e não cotistas dos cursos do Centro de Ciências Humanas (CCH). **Caminhos da história**, v. 17, n. 1 e 2, p. 49-72, 2012.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 1, n. 2, p. 223-244, 1984.

HENRIQUES, Cibele da Silva. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. **Revista O social em questão**, v. 20, n. 37, p. 153-172, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

MARTINS, Zilda *et al.* Do racismo epistêmico às cotas raciais: a demanda por abertura na universidade. **Revista eco pós**, v. 21, n. 3, p. 122-145, 2018.

MEIRA, André Vinícius Carvalho. O princípio da igualdade e as cotas raciais no Brasil. **Alethes**, n. 3, p. 11-28, 2011.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Revista sociedade e cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. **Estudos avançados**, v. 18, n. 50, p. 57-60, 2004.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

QUEIROZ, Rafaela Cristina de Souza. Os efeitos do racismo na autoestima da mulher negra. **Cadernos de gênero e tecnologia**, v. 12, n. 40, p. 213-230, 2019.





SANTOS, Luane Bento dos. **Para além da estética:** uma abordagem etnomatemática para a cultura de trançar cabelos nos grupos afro-brasileiros. 2013. 122f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicorraciais). Centro Federal de Educação e Tecnologia Celso Suckson da Fonseca, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Milton. **Ser negro no Brasil hoje.** In: FOLHA DE SÃO PAULO. O país distorcido – O Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, p. 157-161, 2002. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/56502336/Ser_negro_no_Brasil_hoje.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SILVA, Raquel do Rosário *et al.* Racismo recreativo no Brasil: uma análise do caso vivenciado pelo professor de geografia, João Luiz Pedrosa, no Big Brother Brasil 2021 (BBB 21). **CiFEFiL**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-17, 2021.

TEIXEIRA, Vitor Hugo; MARQUES, Ana Maria. Cotas para pessoas negras: a inclusão e o combate ao racismo na universidade. **Oficina do historiador**, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2021.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual:** racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

VALÉRIO, Ana Cristina de Oliveira *et al.* Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde. **Cadernos brasileiros de terapia ocupacional**, São Paulo, v. 29, p. 1-19, 2021.

Dados da primeira autora:

Email: thaisprisciladesouza@gmail.com

Endereço: Rua Sagrada Família, 110 A, Bairro Delfino Magalhães, Montes Claros, MG, CEP: 39402-191, Brasil.

Recebido em: 30/06/2025

Aprovado em: 31/07/2025

Como citar este artigo:

SANTOS, Thais Priscila de Souza *et al.* "E o branco falou: tinha que ser cotista!": o racismo sofrido por universitárias negras cotistas do curso de educação física licenciatura da Unimontes. *Corpoconsciência*, v. 29, e20020, p. 1-20, 2025.

